

Data-base

ATO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Daniel Garcia



A decisão do Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), de reajustar os salários em apenas 3% este ano, causou indignação nos docentes da Universidade de São Paulo. Como forma de manifestar seu inconformismo com o reajuste da data-base, os professores paralisaram suas atividades dia 4 de junho e realizaram duas atividades classificadas de “protesto consciente”.

No dia 4, pela manhã, foram distribuídos 1.200 livros de Monteiro Lobato aos alunos da Escola Estadual Daniel Paulo Verano Pontes. Além destes, outros 2.000 estão sendo entregues a bibliotecas de escolas estaduais e municipais na região do bairro do Butantã (SP) e da cidade de Ribeirão Preto, interior do Estado. Ainda no dia 4, no período da tarde, foi realizado um Ato em Defesa da Universidade Pública.

Participaram do Ato como debatedores os professores Roberto Romano (Unicamp), Aziz Ab’Saber (USP), Júlio Pudles (USP) e João Zanetic (USP). Eles discutiram os problemas da universidade, as formas de combater a crise e a política educacional que vem sendo desenvolvida pelos governos federal e estadual.

Com o propósito de socializar as preocupações e propostas dos debatedores daquele Ato, a Revista Adusp reproduz a essência do pronunciamento de cada um dos debatedores.

O DOCENTE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E DA PÓS-GRADUAÇÃO

Roberto Romano

Daniel Garcia

Não sou uma pessoa muito emocional, mas no que diz respeito à política dos governos federal e estadual para a universidade pública, só posso ter uma reação, que é de receio. Sinto, portanto, uma apreensão muito grande. Justifico. Está no Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi elaborado desde o antigo Fórum de Educação e que estava preparado para a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB). Vocês conhecem muito bem a história desse Fórum e como ele foi traído por membros do parlamento, inclusive por figuras respeitáveis na educação brasileira, como é o caso de Darcy Ribeiro, que fez uma espécie de “monstrengo”, que é a nossa atual LDB.

Esse Fórum e as suas contribuições levaram a um Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira muito mais democrático que o do governo federal. Ele foi apresentado ao Congresso Nacional depois do último Coned realizado em Belo Horizonte, em 1997. Junto com este plano, que prevê aplicações substanciais em educação no país do primeiro ao último grau e, em termos especialmente sepa-



rados, a aplicação de 1,5% do PIB na pós-graduação, está correndo em paralelo o plano do governo que os especialistas em educação costumam afirmar que é abstrato. São, portanto, apenas determinações de princípios. É isso que eu gostaria de discutir com vocês.

Na verdade, este plano federal se afigura como uma espécie de plataforma para que o governo, através do parlamento, introduza a reforma da universidade que ele quer. Um dos pontos que mais chama a atenção nesse suposto plano é justamente o setor da instituição pública superior. É espantosa a violência com que os redatores do projeto afirmam que as três univer-

sidades paulistas são um contra-modelo daquilo que deve ser a universidade que eles querem; as três universidades paulistas gastam muito e exigem muito em termos da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Eles nomeiam claramente as nossas três universidades como elementos negativos que devem ser modificados.

Nós, que temos um pouco de orgulho de ser apontados como modelos de boa universidade, tomamos um certo susto quando vemos no governo de Fernando Henrique Cardoso uma lei pela qual somos execrados de uma maneira absolutamente violenta. Estamos na contramão, segundo ele,

daquilo que se faz na França, nos Estados Unidos, e inclusive daquilo que se faz nos países da extinta União Soviética. Então, os grandes modelos seriam esses: universidade de massa voltada para a graduação e a formação de técnicos para o mercado. A pós-graduação e esse elemento extremamente caro que constitui a universidade são um peso que deve ser abolido. Eu diria até que, nesse momento do texto desse anteprojeto, temos um panfleto muito mal redigido. Sim, um panfleto, porque não há nada que seja mais profundo do ponto de vista doutrinário sobre a universidade.

Essa proposta, porém, tem a sua coerência. Há muito, pelo menos desde os anos de 76, 77 e 78, se gestou no Sebrap uma teoria sobre a universidade brasileira que tem justamente esta ênfase: cabe à universidade pública, sobretudo, o ensino de graduação; cabe aos centros de excelência intra ou extra-universitários a pesquisa fundamental. Isto os senhores encontram, para não dizer que estou caluniando, abundantemente na *Folha de S. Paulo* e também naquele panfleto de José Arthur Gianotti. Ele chega ao ponto de dizer que um professor de matemática não precisa conhecer matemática moderna para ensinar porque isso atrapalharia seu ensino de graduação. Ou seja, chega de fazer pesquisa, o importante é o ensino de graduação.

Em 1979, numa reunião da Sociedade de Estudos Filosóficos realizada na USP, o professor Gianotti

voltou a essa tese. Na ocasião, ele foi mais explícito e afirmou que cabe à universidade a graduação. E a graduação seria aquele imenso curral onde os meninos e as meninas pastariam quatro anos e no final se tomariam os melhores para a pesquisa de ponta. Além disso, nesse período todo, o Sebrap foi colocado como espécie de paradigma de uma organização que faz pesquisa verdadeira – como diz Gianotti –, com o profissionalismo americano

*Acho que
um dos problemas graves
entre nós acadêmicos é o de
afirmar que o governo FHC
não tem uma política definida.
Tem, sim, uma política e
ela é muito clara e
bem definida.*

e a aristocracia acadêmica européia. Essa seria, então, a marca desses institutos. Sei que muita gente ficou comovida com a saída de Gianotti do Conselho Nacional de Educação, conselho esse que caminha para a mesma situação de seu antecessor pelas mesmas razões. Temos dados sobre esse aspecto também, mas efetivamente ele e outros intelectuais estão ligados, do ponto de vista orgânico, à produção da política de FHC, subordinada à política do FMI. Esse

grupo tem uma política muito definida. Acho, inclusive, que um dos problemas graves entre nós acadêmicos é o de afirmar que o governo FHC não tem uma política definida. Tem, sim, uma política e ela é muito clara e bem definida.

O que está acontecendo agora no país, coerentemente com essas propostas que vêm há duas décadas, é o desmonte da pós-graduação. Participei recentemente da avaliação da Capes, em Brasília, e nós, consultores, tivemos de analisar programas com padrões que não resultaram do passado dos programas, isto é, foi de maneira retroativa, contrária a qualquer norma de direito, que os programas foram julgados. Foi estabelecido um pacote de análise extremamente tecnocrático. Para que vocês tenham uma idéia, não tivemos acesso aos processos dos programas mas, sim, aos números, e muitos números entre os quais tivemos de caçar os que realmente importavam. Nessa medida, fomos avisados no primeiro dia de avaliação que, dada a mudança nas notas, e dados os novos padrões, dificilmente conseguiríamos dar uma nota cinco para aqueles grupos que tinham A. Notamos que, de fato, tudo tendia a baixar de uma maneira drástica as notas de todos os programas. Além disso, tivemos, durante uma semana, a presença quase constante dos dirigentes da Capes nos exigindo diminuir as notas dos cursos.

Esse ponto seria irrelevante se a Capes não utilizasse o discurso que é o mais comum: todas essas

modificações surgiram da consulta à comunidade. Graças a Deus, tínhamos entre nós um representante da área de teologia, que, como teólogo, fala diretamente com Deus. Ele disse: “Isso que vocês estão dizendo não é verdade. Não houve consulta nenhuma à comunidade, sequer aos coordenadores de pós-graduação”. Essa avaliação da Capes exige que efetivamente os próprios programas dêem-se uma nota muito baixa. O que significa isso? Significa que eles não têm importância real do ponto de vista de ensino, pesquisa, etc. Alguns setores não respeitaram essa determinação e deram, para alguns programas, a nota 7. Na minha área, por exemplo, que é filosofia, mantivemos a nota 6, porque para ter 7 eles exigem que o programa tenha nível de competitividade internacional de trabalho. Então nós ficamos no 6, o que desagradou profundamente a direção da Capes. Mesmo o programa do Rio Grande do Sul, que tem o Pronex, não aceitou esse tipo de colocação.

Este dado tem de ser levado em conta com outro elemento que está no documento da Capes que comunica essas mudanças. A Capes considera que a formação de doutores, pesquisadores, etc. já está feita; não é preciso mais insistir nisso. Agora, temos de formar técnicos competentes para competir em termos nacionais e internacionais na produção técnico-científica no mercado. Essa seria a função da Capes e a avaliação da Capes, mas, pela primeira vez se desvin-

cula de maneira oficial a avaliação e o fomento. Quer dizer, um programa pode ter uma avaliação excelente e nem por isso a Capes será obrigada a aplicar recursos naquele programa. Esse é um ponto. Outro ponto grave é, que nessa avaliação a palavra dos consultores não é definitiva. Nós analisamos os programas, mas esta avaliação segue para um comitê superior composto de técnicos que irão corrigir nossa avaliação. Notem o

Essa avaliação da Capes exige que efetivamente os próprios programas dêem-se uma nota muito baixa. Significa que eles não têm importância real do ponto de vista de ensino, pesquisa, etc.

tipo de encaminhamento que está sendo determinado: eles querem forçar as áreas técnicas, científicas e humanísticas a cometerem Hara-kiri, a depreciarem seus próprios programas.

Além desse aspecto, de estarem desmontando a pós-graduação dentro da universidade, eles coerentemente propuseram o tal do incentivo à graduação, a famosa bolsa de incentivo à graduação. Desmonta a pós-graduação e supostamente fortalece a graduação. Por outro lado,

temos também outro dado preocupante que é a quantidade de processos pedindo a abertura de programas de pós-graduação de universidades privadas. Por exemplo, existe no interior do Rio de Janeiro uma universidade chamada Severino Sombra, um general que criou uma universidade e um curso de pós-graduação em história. Nesse curso, advogados, médicos e engenheiros fazem a pós porque é o único curso de pós-graduação na universidade. Esse curso apresentou no seu quadro docente nomes da universidade pública de projeção internacional. Muitos e muitos programas estão chegando à Capes, o que leva à seguinte preocupação: no caso da Severino Sombra, o atual comitê de História recusou como produção daquele programa de pós o trabalho desses renomados historiadores, que nada têm a ver com o programa. A pergunta que nos fazemos é a seguinte: daqui a três ou seis anos, será que teremos docentes nesses comitês com memória histórica e com apego suficiente à universidade pública para realizar semelhante corte nas universidades privadas?

Outro ponto é a atitude do próprio ministro Paulo Renato. Há questão de seis meses, na Comissão de Defesa do Contribuinte, na Câmara, o ministro disse que aplicaria 300 milhões de reais nas universidades privadas que foram mal no provão. Esse dinheiro era do BNDES, mas ele tentou dizer que não era público, no que foi contestado pelo deputado Ivan Valente e por outros. O ministro, finalmente,

chegou a aceitar a idéia de que era dinheiro público, mas disse que era preciso ajudar essas universidades. Por que, então, fizemos o provão?

No mesmo instante em que são retirados do sistema Capes-CNPq cerca de 450 milhões de reais, ele propõe 300 milhões de reais para essas universidades particulares. Por outro lado, temos a proposta dessas bolsas de graduação e programas que poderiam ser perfeitamente defensáveis, desde que integrados organicamente na pesquisa da universidade. Por exemplo, no caso do Pronex, contra o qual tenho lutado e o qual venho denunciando desde seu anúncio, acho que se a proposta fosse vinculada organicamente à pesquisa universitária, até que poderia ser aceito. Note-se o volume de recursos que está sendo retirado da pesquisa institucional e alocado nesses programas do Pronex. O dinheiro público está sendo utilizado até para a compra de telefones. Além disso, existem problemas graves, como a própria ocupação do espaço da universidade.

Outro problema diz respeito à questão dos docentes que, ao se aposentarem, vão “trabalhar” numa universidade privada, dando seu nome e seu título para que recursos da Capes, do Finep, do CNPq e da Fapesp sejam aplicados nessas universidades. Essa é uma saída individual que tem sido mais constante. Vemos colegas de máxima responsabilidade científica e ética dando seus nomes para atrair recursos públicos para as universidades privadas. Outra saída são os centros, que não são de pesquisa mas, sim, de captação de recursos,

de tal modo que, embora a estrutura toda esteja se deteriorando, estamos perdendo na Unicamp algo em torno de 30% do nosso quadro. Por exemplo, a área de Filosofia da Ciência que era um programa nota A, por falta absoluta de docentes e pesquisa, caiu para nota 3. Estamos assistindo a esse tipo de coisa que vem por pressão direta do poder ou que nos pega e dissocia internamente, de tal modo que temos dificuldade de desenvolver um projeto coletivo de universidades ligado às necessidades fundamentais da população. É como se fôssemos um ser à parte que está sendo fragmentado e perdendo cada vez mais a sua possibilidade de vínculo com a população.

O primeiro passo que me parece fundamental é o conhecimento de todas as iniciativas que estão sendo propostas pelo governo, tanto no plano da pesquisa quanto nos planos do ensino e da extensão. O segundo ponto é acompanhar muito de perto as implantações já existentes das organizações sociais, mas ressalto que não podemos tratar esse fato como amadores, porque eles estão usando juristas e não podemos nos esquecer de que o governo tem a sua bancada no Supremo Tribunal Federal e na própria Justiça. Portanto, temos problemas seríssimos a enfrentar no caso dessas organizações sociais. O terceiro elemento que me parece importante é que aqui em São Paulo tenhamos plena consciência de que somos alvo da política do governo federal através dos órgãos de financiamento federais ou mesmo através do executivo estadual, que tam-

bém não nos mostra uma situação muito rósea para o próximo ano, uma vez que teremos ou o governador Paulo Maluf ou o governador Mário Covas tentando levar adiante esse projeto de privatização da universidade pública.

Nesse ponto me parece que temos de ter consciência de que estamos sendo apresentados como contra-modelo; temos de nos conscientizar de todas as medidas políticas e jurídicas que estão sendo tomadas, temos de acompanhar muito bem a tramitação desses projetos nacionais de educação e tudo isso demanda um trabalho e um conhecimento extremamente grave. Esse momento de paralisação da Universidade de São Paulo é muito importante para a reflexão sobre os nossos próximos passos. Não podemos ter ilusões, realmente temos inimigos externos – e isso não é paranóia –, temos dados e elementos extremamente rigorosos do ponto de vista empírico e lógico, e temos também essa desagregação interna, em boa parte causada por esses nossos inimigos. Há a possibilidade, portanto, de que daqui a dez ou quinze anos tenhamos programas de pós-graduação em universidades elitizadas e privadas implantados com o dinheiro público. Na outra ponta ficarão as nossas universidades públicas esvaziadas de pesquisa e trabalho científico de ponta, servindo como pura e simples sucata destinada a cuidar dos novilhos dentro do pasto. Chegou o momento de dizer sim ou não a esse tipo de coisa.

Roberto Romano é professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

GOVERNO DESCONSIDERA TRABALHOS PRODUZIDOS NA UNIVERSIDADE

Aziz Ab'Saber

Daniel Garcia

Entendo esse dia de paralisação como de reflexão e também como um educadíssimo alerta para as autoridades da universidade brasileira. Não quero deixar de dizer que sou muito amigo do reitor da USP, professor Jacques Marcovitch. Ocorre que os problemas que nos levam a discutir as três universidades estaduais paulistas são muito maiores do que apenas a USP ou alguns de seus setores.

Primeiramente, queria dizer que estamos fazendo observações e críticas sobre acontecimentos ligados a pessoas que se formaram na Universidade de São Paulo e ganharam expressão cultural nacional e internacional por terem sido alunos da USP e, de repente, são os maiores traidores dos nossos princípios, da nossa ética e da nossa vontade de prosseguir trabalhando. Isso me deixa profundamente indignado. Às vezes não tenho coragem de passar perto de alguns dos que fizeram essa traição fantástica contra a universidade pública brasileira, até porque não há o que falar com eles, pois são neoliberais herméticos ao debate e a qualquer senso de ética.



Estou vindo de uma reunião com os alunos da Geologia, na qual foi homenageado um cidadão simples, nascido em Olímpia, no estado de São Paulo, em 1960. Ele trabalhou tanto na difícil profissão de geólogo que acabou participando da descoberta das maiores jazidas de minério de ferro que o século XX apresentou ao mundo, a maior, sobretudo em qualidade. E Breno Augusto dos Santos é filho dessa universidade. Então, pessoalmente, contraponho o Breno (aos traidores da Universidade), homem simples e trabalhador que saiu da Alameda Glete e foi desenvolver sua pesquisa na Amazônia. Um dia, sobrevoando de helicóptero a Serra dos Carajás, que era totalmente desconhecida em

termos de sua geologia, ele pousou sobre uma clareira e estava em cima de uma das maiores jazidas de minério de ferro.

Contei isso a vocês porque estou saindo de lá e vindo para este evento, o que significa que temos de ter uma força participativa nesses próximos dias e nesses próximos meses. Ontem (16 de junho) o senhor ACM declarou “escolham tal pessoa porque se não o escolherem será o caos”. Considero isso uma ameaça à estruturação de um país que atingiu os níveis que nós sabemos que atingiu, e que não existe caos a não ser que eles façam um serviço para que o caos possa acontecer. É muito grave esse tipo de declaração partindo do presidente do Senado do Brasil.

Quando a gente faz uma pequena análise de tudo aquilo que a Universidade de São Paulo fez pelo Estado, e muito mais pelo Brasil, percebemos que ela não pensa só no Estado, mas, sim, em todo o país. Agora, por exemplo, estamos em uma luta tremenda por causa da ação problemática das secas no nordeste. É uma área diferenciada do ponto de vista físico, climático, hidrológico e sobretudo humano, dentro de um país úmido com outros problemas em cada uma das suas regiões. Essa luta, por exemplo, foi deslançada por gente da Universidade de São Paulo e os governantes foram obrigados a reconhecer que se atrasaram nas medidas emergenciais ao atendimento de uma população de 22 milhões de pessoas que moram nos sertões.

A universidade também já fez programas que os governantes não atenderam. Quando fizemos, lá no Instituto de Estudos Avançados (IEA), o Projeto Florian, um dos colegas foi para Brasília oferecer o projeto aos membros do governo, e um cidadão que não gosta da universidade disse: “não li e não gostei”. É mais ou menos assim que os membros do atual governo nos tratam. E é por isso que temos de dar uma resposta de cidadania, uma resposta de trabalhos contínuos. Pessoalmente, não tenho muita tristeza porque o governo está dando um certo estímulo à universidade particular. Só que, atenção, as universidades que formaram as gran-

des elites extravasam para a universidade particular em vários caminhos. Afinal de contas, nem todo mundo fica dentro da universidade; é necessário ter empregos e trabalhar em outros lugares. E o começo de certas carreiras é simples. Mas fazer aquilo que o Roberto Romano está dizendo, de começar a dar às universidades particulares 300 milhões de reais para incentivos, a fim de que um dia também as uni-

que vão mudar as questões das administrações de empresa ao longo do tempo. Ele veio à universidade, é filho da universidade.

Aposentei-me em 1982. Não sou um dos vagabundos do senhor Fernando Henrique Cardoso, porque continuei trabalhando doze anos seguidos sem ganhar um tostão, pagando a minha gasolina, meus lanches, etc. para vir à universidade quase todos os dias. Então posso colocar a minha mão na frente do senhor presidente, que só sabe contratar seu genro e cuida mais das relações de seus familiares do que da situação geral de todos aqueles jovens que saem da universidade brasileira e enfrentam as maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Sei que cada um de vocês sabe de casos de pessoas que não têm o nicho empregatício que mereceria. A gente deve lutar criando novos cursos, entrando em novas áreas e fazendo pós-graduação com muita coerência.

Para terminar, queria dizer a vocês que hoje cuido um pouco de questões ambientais e ecológicas, mas no fundo cuido mais de planejamento regional. Por isso mesmo, vejo os maiores desmandos possíveis e imagináveis entre os componentes do governo atual e dos seus áuricos e asseclas. É bom pensar nisso.

Aziz Ab'Saber é professor titular aposentado de Geografia Física da USP e professor visitante honorário do Instituto de Estudos Avançados.

*A universidade
também já fez programas
que os governantes não atenderam.
Quando fizemos, lá no Instituto de
Estudos Avançados (IEA), o Projeto
Floran, um dos colegas foi para Brasília
oferecer o projeto aos membros
do governo, e um cidadão que
não gosta da universidade disse:
“não li e não gostei”*

versidades públicas sejam privatizadas... o Brasil perderia um de seus maiores patrimônios culturais ganhos pela instalação de 40 universidades existentes em todo o país. Sei de pessoas que saem da Universidade, entram em empresas particulares e acabam se adaptando aos interesses das empresas. Agora mesmo ouvi uma pessoa lá no simpósio dos geólogos que saiu daqui e hoje faz a propaganda do nível empresarial, prevendo como é

REFORMAS ESTÃO OCORRENDO EM TODO O MUNDO

Júlio Pudles

Daniel Garcia

A minha conversa vai ser um pouco diferente do que se passou até aqui. Vou mostrar que esse problema que está se passando com a universidade pública não acontece somente no Brasil. Está acontecendo também na França, na Inglaterra... Existe um grande problema, que é a universidade pública em todos os países avançados, e isto se reflete no Brasil. Precisamos ser lúcidos, não podemos dizer que tudo é bom na universidade pública, que tudo é perfeito. Nossa universidade está fazendo coisas fantásticas.

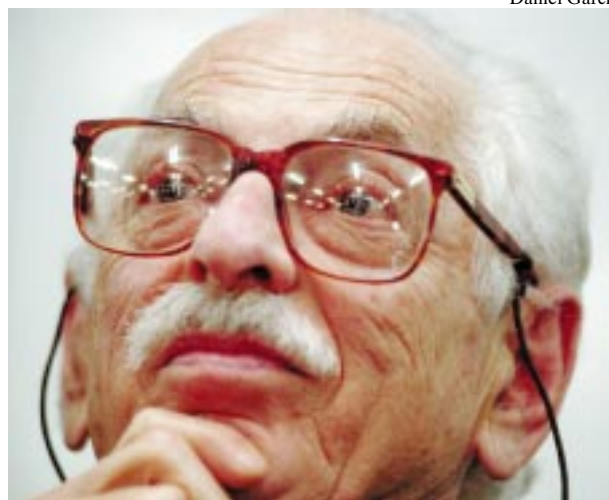
Peguei outro dia uma matéria do Cláudio Moura Castro, na verdade, um ensaio publicado na *Veja* de 4 de junho deste ano, na qual ele diz que o Ministério da Educação mantém 41.200 professores, 33.500 dos quais contratados em tempo integral, que custam 1 bilhão e quinhentos milhões de reais a mais para o Ministério. Desses 33.500, apenas 20% têm doutorado e somente 3.000 é que produzem. Então, estamos mantendo dois terços ou mais de professores em tempo integral que não realizam nada. Isso é uma verdade e não podemos fazer um corporativismo no ensino; queremos manter a universidade pública – sou um produto da universidade pública – mas temos de manter qualidade e não podemos ser corporativistas. Não po-

demos proteger os professores que apesar do tempo integral não fazem nada.

Isto está se passando em toda parte. A crise está ocorrendo na França e na Inglaterra, onde se discute o problema da privatização da universidade em governos socialistas. Na

França, o número de estudantes passou de um milhão para dois milhões e o governo não está agüentando manter o ensino de qualidade e a pesquisa. Eles estão querendo fazer uma reforma da universidade para que ela seja mais dinâmica, tenha mais contato com a sociedade e se ligue à empresa. De cada 100 estudantes que formamos no Brasil, 98 vão, seguramente, para fora da universidade. Esses 98 querem emprego. Será que nós, professores universitários, estamos preparando nossos jovens para trabalhar fora?

Quando vejo atualmente em São Paulo engenheiros da Escola Politécnica abrindo pizzarias, médicos especialistas em microcirurgia fazendo bolo para vender, ou chofer de táxi que é engenheiro mecânico, penso: “Como é que a universidade preparou essa gente que custou uma fortuna a ela, e que não encontra um trabalho e não está adaptada à sociedade e ao desenvolvimento tec-



nológico que temos”. Acho que, fora a defesa da universidade pública, temos de saber o que queremos fazer com ela no próximo século.

Essa é a reflexão que devemos fazer em nosso meio. Não temos discutido muito a forma como devemos preparar nossos jovens para o século XXI; não nos colocamos em questão. Acho importante que haja dentro da universidade pública uma revolução cultural, evidentemente não como a chinesa, que terminou em campo de concentração, mas uma revolução cultural que possa adaptar a universidade às mutações da sociedade moderna e defender qualidade. Acho que essa vai ser a única maneira de a universidade pública sobreviver contra a universidade particular privada: a universidade pública tem de demonstrar qualidade.

Júlio Pudles é professor titular do Departamento de Parasitologia do Instituto de Ciências Biomédicas da USP.

HISTÓRICO DA DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

João Zanetic

Daniel Garcia

Tivemos três diferentes depoimentos, cada um focalizando nossa paralisção segundo o seu referencial. O Roberto Romano mencionou um problema que enfrento como presidente de uma Comissão de Pós-graduação. É a questão da avaliação baseada exclusivamente em números. O programa em que estou envolvido, que é o programa de pesquisa em ensino de física e que envolve o Instituto de Física e a Faculdade de Educação, foi, há dois anos, avaliado como “C” com base exclusivamente em números. Contra-argumentamos e levamos todo o histórico do que representa nosso programa de pós-graduação, pioneiro no país e formador dos quadros que hoje exercem a formação em pós-graduação nas várias universidades públicas do país. É um programa, portanto, que existe há mais de vinte anos. Agora, claro, tivemos o cuidado de contra-argumentar com a mesma filosofia que vínhamos adotando antes, mas procurando destacar os números também.

Tenho acompanhado o processo através da home page da Capes e a única coisa que soube fo-

ram alguns critérios, que imprimi e distribuí para meus colegas. Mas em nenhum critério ficava claro como seria a avaliação, ou seja, estamos totalmente em suspense. E olha que tivemos penalidades. O CNPq, utilizando o fato de o programa ter sido avaliado como “C”, reduziu o número de bolsas. Tínhamos oito bolsas da Capes e oito do CNPq, mas o CNPq não permitiu que substituíssemos os alunos que terminaram o mestrado e neste semestre temos três bolsas. Dependendo da avaliação, no segundo semestre não teremos nenhuma bolsa do CNPq. Nossa expectativa é de conseguir o nível anterior, que era “B”, algo comum nos cursos dessa área. Uma das razões que dificultam é o fato



de que estamos perdendo quadros. Vários docentes da área se aposentaram ou estão para se aposentar.

Dada minha condição de ex-presidente da Adusp, pensei em vincular minha intervenção a um pouco da história do Movimento Docente. E, ao pensar nisso, não posso esquecer de alguns ex-alunos meus de diferentes anos e es-

colas que estão aqui presentes e da resistência em defesa da universidade pública desde o ano em que entrei na USP, em 1964. De lá para cá, quase todos os anos participei de algum evento em defesa da universidade pública. Em maio de 68, há trinta anos, portanto, eu participava como estudante em greve da ocupação do Instituto de Física. Foi uma longa greve que se estendeu até meados do segundo semestre; entendíamos aquele movimento como defesa da universidade pública. Lembro-me de que naquela época fizemos um movimento de greve contra as listas de presença. Os alunos da Física sabem que até hoje o Instituto não passa lista de presença e a história disso vem daquela greve em que dizíamos: “Queremos qualidade de ensino em sala de aula”.

Vivemos hoje um momento em que a globalização é o grande paradigma. Para alguns, um paradigma imbatível ao qual temos de nos adaptar, para outros, apenas um entre vários que podem estar com ele competindo. Lembro-me de que em maio de 88 iniciava-se a discussão da reforma estatutária na universidade. Temos hoje os Estatutos, e em maio de 88 defendíamos uma proposta de reforma que foi derrotada no Plenário do Conselho Universitário. Entendo que a universidade acabou concentrando o poder de forma ainda muito mais intensa do que acontecia antes da última reforma universitária. A democratização pleiteada

dos órgãos colegiados com uma participação maior de docentes, funcionários e alunos foi barrada. Pleiteávamos o livre acesso à carreira universitária de então, e quando pensávamos na carreira entendíamos que significava a formação de quadros. Éramos contra, naquela época, que o acesso à carreira universitária ficasse restrito ao doutorado e pensávamos em acoplar a carreira a uma formação por meio da qual

*Vivemos
hoje um momento
em que a globalização é o
grande paradigma. Para alguns,
um paradigma imbatível ao qual
temos de nos adaptar, para outros,
apenas um entre vários
que podem estar com
ele competindo.*

aluno recém-formado deveria ter também a oportunidade. A universidade, portanto, formaria seu futuro professor, um pesquisador que estivesse ainda iniciando sua atividade de pesquisa.

No segundo semestre de 88, de novo levados à pressão pela deterioração de nossos salários, iniciamos um movimento de greve que resultou, em outubro, no lançamento do movimento “SOS Universidade”. Nesse movimento, fi-

guras da universidade e de fora dela vieram defendê-la, uma instância importante de formação de alunos e centro de pesquisas. No bojo desse movimento, tanto do SOS como da greve, tivemos aprovada a autonomia financeira das três universidades, quando o governador Orestes Quércia acabou aprovando uma dotação orçamentária com base em 8,4% do ICMS. Já naquela época indicávamos que esse montante de recursos seria insuficiente para a continuidade do trabalho universitário e pleiteamos uma suplementação de recursos. Daí a luta na LDO, exatamente o que acontece a cada ano durante o mês de junho e que passou a fazer parte da luta em defesa da escola pública.

Ainda ontem (16 de junho), os reitores da Unesp e da Unicamp e o Vice-reitor da USP estiveram na Assembleia Legislativa discutindo com os deputados a possibilidade de mudança dessa dotação de recursos. Pleiteamos 11,6%, pensando na manutenção e na possibilidade de ampliação dos serviços prestados pela universidade à sociedade. A luta por melhores salários que nos envolve hoje está inserida na luta em defesa da universidade pública. Isso é o que nos leva a esse movimento e entendo que a preservação e defesa de melhores salários é um elemento fundamental na universidade e que possibilita, inclusive, que discutamos o papel do docente enquanto pesquisador com dedicação exclusiva. Entendo que

o regime de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa é o eixo fundamental do trabalho universitário. E, nesse contexto, a defesa de melhores salários se identifica com a defesa da universidade pública. O exemplo que cito dessa correlação é exatamente o que ocorreu com a escola pública de primeiro e segundo graus, onde a queda brutal de salários dos professores secundários nas últimas duas décadas se transformou no principal fator que levou à destruição da escola pública. Entendo que a defesa do salário é um elemento importante que permite manter a universidade pública com seu padrão de qualidade, de produção de pesquisa e formação de quadros para a sociedade nos diferentes campos em que a universidade atua.

Sei que vivemos um momento bastante crítico; a situação, como o professor Júlio Pudles mencionou, não é exclusividade nossa. As universidades em todo o mundo estão se repensando, mas sabemos que a presença do Estado enquanto principal esteio do trabalho independente de pesquisa é uma realidade nos países mais desenvolvidos. Mesmo os EUA, onde diferentes governos tentaram reduzir os recursos das universi-

dades públicas, encontraram resistência até de fora do campus universitário. Há dois anos, um documento assinado pelas maiores empresas norte-americanas se manifestou contra uma deliberação do governo Clinton, que sugeria a diminuição do aporte de

Mesmo os EUA, onde diferentes governos tentaram reduzir os recursos das universidades públicas, encontraram resistência até de fora do campus universitário. Há dois anos, um documento assinado pelas maiores empresas norte-americanas se manifestou contra uma deliberação do governo Clinton, que sugeria a diminuição do aporte de recursos públicos para a universidade. Recentemente, o próprio Congresso norte-americano aprovou um aporte de recursos à universidade bem superior ao que era dado nos anos anteriores.

recursos públicos para a universidade. Recentemente, o próprio Congresso norte-americano aprovou um aporte de recursos à universidade bem superior ao que era dado nos anos anteriores. O significado do fato de o aporte ser exclusivamente público é algo que nos envolve, assim como a questão da formação de quadros para a sociedade, que é um dado importante.

Hoje é muito comum abrirmos uma vaga de ingresso em algumas áreas da Física e termos vinte, trinta pós-doutores se inscrevendo. Certamente, com a nossa política, os próprios alunos de graduação vão ter de fazer mestrado, doutorado, pós-doutorado fora e depois voltar para pleitear algum emprego. Nossos cursos de licenciatura têm perdido muitos alunos; a evasão é maior nas áreas de ciências exatas e humanas. É muito difícil imaginar um aluno nosso que faz um curso puxado de quatro ou cinco anos e depois pleiteia um emprego que lhe paga 5 ou 6 reais a hora/aula.

A questão é bastante sofisticada. Temos de melhorar, diversificar, criar novos cursos, buscar novas áreas que a universidade ignora e, ao mesmo tempo, cuidar da formação básica e independente e evitar que a universidade vire um instrumento do mercado. Lembro-me de que foram algumas colegas que acabaram criando a área de formação de físicos especializados em instrumentos utilizados na área hospitalar. Essa diversificação e agilidade são os atributos que a universidade tem de ter.

João Zanetic é professor doutor do Departamento de Física Experimental do Instituto de Física da USP.